

Bird divulga nota em resposta a Sarney

As Novas acusações do presidente José Sarney ao Banco Mundial, feitas na Guiana pouco antes de sua volta ao Brasil, no sábado, foram respondidas ontem pelo representante do presidente do Banco Mundial no Brasil, George Papadopoulos, com uma nota à imprensa repleta de sinais cordiais ao Governo brasileiro. Papadopoulos, sem mencionar as declarações de Sarney, elogia os esforços "corajosos para reduzir o déficit público e a inflação", do Governo, e garante que o Banco Mundial "continuará dando assistência a esforços desenvolvimentistas do Brasil".

A nota divulgada por Papadopoulos, que diz expressamente estar falando em nome do Banco, foi divulgada ontem, exatamente quando os jornais publicaram declarações do presidente Sarney, em Georgetown, Guiana. Nas quais ele acusa o Banco e outras instituições internacionais de se transformarem em auditores e formuladores de políticas, fugindo de sua

função original de estimular o desenvolvimento.

Em sua nota, um reflexo das negociações diplomáticas mantidas pelos funcionários de segundo escalão à sombra da polêmica travada em declarações à imprensa, George Papadopoulos reconhece que "houve atrasos na execução dos projetos já financiados pelo Banco Mundial e no processamento de novos empréstimos ao Brasil". Ele garante, porém: "Estamos discutindo com o Governo brasileiro para melhorar essa situação e aumentar o fluxo dos recursos do Banco Mundial ao Brasil".

Papadopoulos, que na última semana manteve contatos frequentes com funcionários do Governo brasileiro, cita a vinda, na próxima semana, da missão de alto nível liderada pelo diretor do Departamento Brasil do Banco, Armane Choksi. A missão deverá, segundo Papadopoulos, incluir na discussão com o Governo "novas iniciativas visando dar assistência ao Governo brasileiro".

Projetos serão reavaliados

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, confirmou a revisão pela área econômica de todo o saldo da carteira brasileira de projetos com contratos já assinados junto ao Banco Mundial. Ele considera inadmissível que o Governo brasileiro continue pagando taxas de compromisso anualmente pela não utilização de projetos com contratos já firmados junto ao Bird. Na análise do ministro, vários projetos apresentam "concepções equivocadas e com defeitos de qualidade", o que exige uma reavaliação de praticamente quase todos.

João Batista fez essas declarações à imprensa no fim da tarde de sábado, ao receber o presidente José Sarney na Base Aérea de Brasília, que retornava do Suriname. No mesmo dia, antes de regressar ao Brasil, o presidente Sarney afirmara, em Georgetown, que o Banco Mundial não tem 4,8 bilhões de dólares depositados para o Brasil. O presidente Sarney, com essas afirmações, respondeu as notícias de fontes do Bird de que o Governo não tem acesso a financiamentos

de 4,8 bilhões de dólares por não atender condicionalidades contratuais. Mais cauteloso, o ministro do Planejamento disse que não pode comentar notícias relativas às fontes do Bird que não se identificam.

Alguns projetos estão enfrentando dificuldades por falta de contrapartida dos governos estaduais, explicou João Batista. Assessor da Fazenda e do Planejamento lembram ainda que o Congresso cortou recursos destinados à contrapartida nacional para projetos no âmbito federal, trazendo mais problemas junto ao Bird.

O representante do Bird no Brasil, George Papadopoulos, em nota à imprensa, o que é um procedimento raro, informa que o organismo está analisando com o Governo mecanismos para inverter a situação atual, com atrasos na execução de projetos com contratos já assinados e outros em negociação. Ele confirma notícia publicada pelo Globo da chegada, nos próximos dias, de missão liderada pelo diretor do Departamento do Brasil, Armane Choksi, para tratar dessas questões.

País tem saída para rodovia

O Governo brasileiro já tem uma alternativa de interligação do Brasil ao oceano Pacífico, sem que seja preciso obter financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para viabilizar a construção de uma estrada ligando o Acre ao Peru, técnicos do Ministério dos Transportes e do DNER defendem a conclusão da BR-317 (que sai de Rio Branco e vai até a fronteira pelos municípios de Brasiléia e Assis Brasil) e a conversão de uma dívida de 70 milhões de dólares, do Governo do Peru com o

Brasil, em obras rodoviárias no território peruano.

Esta alternativa substitui a construção da BR-364, obra que não tem obtido financiamentos externos devido ao descumprimento de medidas de proteção ambiental, principalmente quanto a garantias às nações indígenas da fronteira, que são exigidas pelos agentes financiadores. Sem recursos próprios para terminar esta rodovia, os técnicos defendem a conclusão da BR-317, permitindo o acesso ao Peru através de Assis Brasil.